

## De dentro da rede: delineamentos e nuances de um conceito

Elias Coimbra Da Silva\*

### Resumo

Atualmente e tendo em vista as condições objetivas da sociedade, impõe-se o estudo sobre as Redes. Nesse sentido, a Geografia apresenta uma trajetória interessante de pesquisas sobre o Espaço, mencionando, há pelo menos oito décadas, as Redes Urbanas. Entretanto, os liames que unem os conceitos-chave, como Espaço, Poder e Território, não estavam ainda estabelecidos, nem as relações entre os vários fenômenos reticulares estavam claras. Desse modo, propomos, no presente artigo, resgatar essa trajetória de pesquisas, apontando as transformações no objeto propriamente geográfico: o Espaço, até que ele atingisse a dimensão política da territorialidade. Na sequência, indicaremos de que modo as Redes são compreendidas pela Geografia e qual a relevância social delas hoje. Mas, não descuidaremos das limitações da teoria, apontando, para tanto, o grande demérito dos fenômenos reticulares tão apreciados pelos estudiosos, sobretudo aquele denominado Cidade Global.

**Palavras-chave:** Espaço; Poder; Território; Redes; Cidade Global.

Num dos aforismos mais populares dos últimos (pelo menos dois) séculos, Marx dizia que era preciso mudar o mundo, pois os filósofos estiveram muito ocupados em interpretá-lo sem que isso resultasse em qualquer ação. Ironicamente, os homens de pensamento contemporâneos têm transformado o mundo sobremaneira sem, contudo, pensá-lo mais detidamente.

Assim ocorre com o estudo sobre as Redes. A velocidade dos processos inerente às sociedades atuais veio acentuar o aperfeiçoamento de certas arquiteturas de transporte e de transmissão sem que, paralelamente, se acentuassem as “arquiteturas cognitivas” que, eventualmente, funcionariam como “alma do negócio”. Fato notório – e mesmo um modismo – cada segmento das engenharias (esses “arquitetos”, em sentido

---

\* Doutorando em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

conotativo) desenvolveu seus próprios equipamentos tendo em vista soluções de problemas particulares. Disso decorre a (relativa) ignorância que um artífice de Rede Social experimenta em relação à existência de uma Rede de Cidades, por exemplo, embora ambas as redes partilhem uma mesma essência.

Mas o trabalho segue sendo realizado, de forma eficiente, inclusive. O que está em jogo não é a capacidade de operação desses “sistemas parciais” de engenharia, suas propriedades intrínsecas e teleológicas. Temos uma noção muito clara de que a “razão instrumental” (HORKHEIMER; ADORNO, 1980), mesmo que seja obra do homem, como os autômatos do livro de Karel Capek, funciona “apesar” da humanidade. O problema que “podemos” nos colocar diz respeito à carência de uma Teoria Geral das Redes; quando não, simplesmente, de um manual introdutório.

Nesse sentido, a Geografia apresenta uma trajetória muito interessante de pesquisas sobre o Espaço (seu objeto, por excelência), inclusive sobre essa modalidade em questão: o Espaço em Rede (ou ainda, Reticular). Ora, há pelo menos oito décadas, nessa ciência, já se falava em Redes Urbanas – como comprova o clássico texto de Walter Christaller (1966), publicado originalmente em 1933 – e, entretanto, os liames que unem os conceitos-chave não estavam ainda estabelecidos. Na França, enfim, desponta um trabalho de fôlego, um exemplo da maturidade teórica a qual chegou a Geografia, nos seus estudos sobre o Espaço: “Por uma geografia do poder” de Claude Raffestin. Nesse livro, os conceitos-chave são concatenados sistematicamente e de forma explícita, para que fique clara a correlação entre o Espaço e a Rede e, portanto, para que uma Teoria Geral do Espaço – de cunho geográfico –, na qual o conceito de Rede se encontra subsumido, se faça presente.

Assim, partindo da proposição basilar segundo a qual sem espaço não há território, podemos presumir que as relações sociais (em coorte, por exemplo, seguindo a lição de Hannah Arendt) constituintes do Poder, são vetores co-ordenados por uma “gramática” política inscrita no Espaço – gramática essa, inclusive e *a fortiori*, produto da História. Tal “gramática”, por seu turno, possui elementos mais gerais, melhor dizendo, tópicos, entre eles, o Nodal, o Linear, o Zonal, entre outros. Uma Rede, não é outra coisa senão uma espacialidade estruturada por Lineares (vetores) conectados por Nodais, resultando numa malha de fluxos.

Porém, essa análise, como não poderia deixar de ser, comete os vícios tradicionais de uma argumentação formal-abstrata que ela é. Por exemplo, não deixa lugar às nuances – sem as quais as contradições e as inoperâncias do fenômeno (neste

caso as Redes) ficam diluídas em médias estatísticas. O mesmo ocorre com os sujeitos, os quais acabam por se travestir em entidades coletivas (a “audiência” é um bom exemplo), as quais, muitas vezes, eles (sujeitos) sequer sabiam existir.

De qualquer forma, essas são questões por nós perpassadas, junto às noções gerais aqui discutidas. A começar por dois conceitos fundamentais: Espaço e Território, a partir dos quais, simbioticamente, desdobram-se algumas consequências importantes no entendimento das Redes. Em seguida, trataremos de um caso exemplar da Cidade Global – esse “Lugar-rede” – ela mesma um produto contemporâneo desse processo espacial que encontra, no fenômeno das Redes, uma feição histórica específica.

Para concluir, traremos uma ilustração (pontual) que pretende contrabalançar a abstração contida na seção anterior, que trata, justamente, da Cidade Global. Eventualmente, qualquer texto teórico – como o presente – inclui um “estudo de caso” que objetiva demonstrar a validade das assertivas, mas também permite que os leitores refutem a teoria, ao apontarem “casos não demonstrativos”. Cientes da prática de métodos científicos diversos, o geográfico e o histórico, nossa preocupação não consiste em simplesmente apontar para os resultados lógicos de uma teoria – neste caso, das Redes – mas, sobretudo, indicar as fragilidades e os silêncios da teoria face às contradições do real.

### **Geografia Humana: do Espaço ao Território**

Da mesma forma que na Antropologia, aquilo que denominamos Geografia, com referência a uma determinada área do saber, cinde-se em duas categorias (quase) inconciliáveis: uma física e a outra social. A correspondência, em verdade, termina no uso comum do termo (ambíguo) “física”, pois a Antropologia estuda o homem e, nesse sentido, (o vocábulo) “física” poderia ser permutado por biológica, ao passo que em Geografia, a permuta resultaria em Geofísica.

O objeto da Geografia – e nisso reside uma das raras unanimidades dessa área – é o Espaço e, como uma das “categorias da realidade” ou “condição *a priori* dos fenômenos” (KANT, 1965), sua existência é indefectível. O planeta inteiro é espaço, cordilheiras que enlaçam continentes inteiros: “Qual de Laocoonte a escultural serpente trançando grandes mármores desnudos, atam os Andes os seus nós nervudos pelo corpo de todo um continente.” (CHOCANO, 1973, p. 159). Ou, ainda, o Mar do Norte da Poesia Escáldica. A lida com esses “espaços naturais”, que constitui a tarefa da dita

Geofísica, originalmente descritiva, depois se sofisticando consideravelmente com a incorporação de “metodologias emprestadas” de outras áreas, por si só garantiria à Geografia seu estatuto de cientificidade. Mas existe o outro lado da moeda.

Os relatos de viagem e a cartografia são manifestações tradicionalíssimas do conhecimento humano – em diversas das culturas conhecidas. Ora, não obstante a Geografia lance mão destes arquivos e, descuidadamente até os incorpore como se fossem parte de sua “biografia”, o fato é que a Geografia, como a entendemos hoje – ciência, que estuda o espaço, institucionalizada e sistemática –, remonta “meramente” a meados do século XIX (MENDOZA; JIMÉNEZ; CANTERO, 1982). Somente quando Ratzel, influenciado por Carl Ritter, propõe sua Antropogeografia e, portanto, incorpora os homens ao seu campo de estudo, pode-se falar, rigorosamente, em Geografia. Grandes esforços foram empreendidos no sentido de estabelecer outro “marco inicial” e a figura de Humboldt, que se declarava “naturalista”, é lugar comum nesse debate. Quem sabe fosse possível atribuir a esse pensador um papel secundário nessa genealogia? “Pré” ou “Protogeógrafo”?

Importa aqui – dados os limites deste texto – destacar, primeiramente, que a Geografia (moderna?) inicia sua trajetória na Alemanha, na segunda metade do século XIX, no contexto do surgimento da própria Alemanha (como estado nacional). Segundo ponto: essa ciência geográfica tem por objeto o Espaço – ainda “natural”, naquele momento – e Ratzel incorpora o homem ao Espaço, embora sob condição pouco nobre, em que ele “sofre” as determinações do espaço.

A denominação Geografia Humana tem sido aplicada, inclusive no Brasil, a essa subárea que herdou as virtudes e as deficiências da Antropogeografia ratzeliana. Diga-se de passagem, nos Estados Unidos, a mesma subárea existe, mas com outra denominação: Geografia Cultural (CLAVAL, 1981, p. 125). De qualquer forma, os objetivos são os mesmos: estudar os “Espaços Produzidos”. Nesse sentido, a orientação ratzeliana se inverteu e os geógrafos já não enxergam os homens como fruto dos Ecossistemas, mas antes, os Ecossistemas – se é que uma cidade se encaixa num tal termo – como resultado da ação humana.

Antes de prosseguir, gostaria de alertar para o fato de que os geógrafos têm pouca familiaridade com a crítica das fontes (*stricto sensu*), no que resulta em repetições frequentes das mesmas referências sobre questões que envolvem “histórias sobre” essa disciplina, nos seus trabalhos. A versão que estou apresentando – que tem como função situar historiadores, sociólogos, antropólogos, entre outros – é a mais

tradicional possível, segundo penso, ao menos no Brasil e desde meados do século XX, com exceção do problemático marco inicial que, aliás, a tradição imputa ao Alexander Von Humboldt (1769-1859).

Assim, o conceito de Espaço em Geografia distancia-se criticamente do conceito adotado pela Física newtoniana, para a qual ele seria nada mais do que um vazio tridimensional, tendo a matéria alocada posição e peso determinados matematicamente (SMITH, 1988). Portanto, na concepção desta Física (clássica), matéria, espaço e, aliás, tempo, são realidades distintas e realidades mensuráveis com a precisão dos números. É desnecessário esclarecer aqui a relação visceral entre essa concepção de Espaço e a visão de mundo cartesiana – visão experienciada, quer me parecer, mais pela comunidade acadêmica do que pelas comunidades (*Gemeinde*) propriamente ditas.

Aqui, nos interessa saber que, em Geografia, o Espaço subsume a matéria e, mais importante, ele não é uma “forma oca”, mas possui um conteúdo, ou melhor, um significado. Por outro lado, da mesma maneira que a forma, que o abriga, esse conteúdo é (também) “produzido”. Além disso, de acordo com a linha teórica considerada, esse conteúdo poderá ser (tido como) exclusivamente social, ou inclusivamente psicológico. Nesse ponto, é preciso introduzir o conceito de Território, para, logo em seguida, falar das Redes.

Raffestin (1993), sucintamente, faz a travessia do Espaço ao Território, através do vetor da Ação Social. Para o francês, é necessário que haja uma “intenção” (liame entre sujeito e objeto) e que essa intenção se desdobre na concretização de um projeto (no Espaço), a partir do qual o comportamento humano deva se pautar. Não é muito distinto o raciocínio de Sack (1986), quando utiliza a expressão: “comportamento humano espacial”, ao se referir à territorialidade.

É patente, em Raffestin, a “perspectiva relacional” do Território, como também ocorre com o conceito de Poder adotado. Encontramos essa mesma perspectiva de Poder em Foucault (2005, p. 200) – “[...] não se pode fazer nem a história dos reis nem a história dos povos, mas a história daquilo que constitui, um em face do outro, esses dois termos, dos quais um nunca é infinito e o outro nunca é zero [...]” – o que não implica na difusão pura e simples, a partir de Foucault, do conceito determinado. Este autor é fartamente citado por Raffestin (1993), mas se o geógrafo francês preferisse adotar outra referência, como Hannah Arendt (1994), por exemplo, o resultado, acerca desse debate sobre Poder como relação, talvez não fosse diferente, considerando as inegáveis semelhanças entre Foucault e Arendt, no que tange ao conceito de Poder. Isso,

aliás, nos levaria, quem sabe, a pensar em um “pano de fundo epistêmico” comum. Ou, para utilizar uma expressão ainda mais adequada: uma Mentalidade compartilhada pelos autores (?).

Território e Poder são, assim, termos complementares na Geografia Política, sendo que – fenômeno espacial que é – um Território é sempre diagramático. Ou, para realizar a cópula entre os termos, a projeção (diagramática) do Poder no Espaço é um Território. Mas, esse diagrama – repito – não é uma “forma oca”. E, ainda assim, o mais significativo reside “fora do espaço” (*lato sensu*) diagramado, ou melhor, para além da *res extensa* cartesiana. É no sujeito (e assujeitado) que o conteúdo (o Poder do Território) se instala e é na relação – *conditio sine qua non* da existência em sociedade – que ele se exprime. Aliás, sempre se exprimirá, pois “[...] é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele.” (RAFFESTIN, 1993, p. 159).

Indo um pouco mais longe nesse sentido, o próprio Espaço Construído se distinguiria, então, em termos analíticos, do Território que lhe dá sentido:

A rigor, a *polis* não é a cidade-estado em sua localização física; é a organização da comunidade que resulta do agir e falar em conjunto, e o seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam. (ARENDETT, 2007, p. 211).

Sem dúvida, uma proposição extremada. Mas, é necessário, seguindo o curso lógico desse raciocínio, passar do sujeito à relação (no Território), para alcançar o conceito de Rede.

### **A “gramática” do Território**

Em um texto de 1914, já consagrado, Kafka (1965) descreve uma máquina absurda cuja função é “[...] fazer o criminoso sentir na pele [...]” (BRITO, 2008, p. 175) a gravidade de seu crime. Trata-se de um tipo de mecanismo de tortura que escreve lentamente sobre a pele do condenado, com agulhas de ferro, presas a uma estrutura de vidro, a sentença do crime.

Para além das considerações psicanalíticas contidas nessa metáfora – embora seja fato estabelecido na crítica, justamente a desmetaforização kafqueana do fantástico, alcançada tanto pela banalização da imagem poética quanto pelo preciosismo descritivo –, ela nos ensina algumas coisas. A principal lição encontra expressão naquele aforismo de Foucault (2004, p. 28-29): “A alma [é a] prisão do corpo [...]”. “Alma” essa que, da

forma como ele argumenta, não é algum pneuma, ou essência humana, ou substância espiritual, nada disso! Na “chave interpretativa” herdada (do Estruturalismo) por Foucault não existem ideias antes de palavras – como que “em estado latente” aguardando o enunciado que as “incorpore”. Da mesma maneira, a alma é um artefato político, condicionado pela cultura em que foi “inventada” e, nessa cultura, pela sua história (de) “quando” foi inventada.

Esteja o filósofo francês certo ou não, isso pouco importa agora. A questão aqui é a correlação que se estabelece entre um discurso (“a lei”, no exemplo kafqueano) e os (corpos dos) homens. A correlação entre discurso e sujeito é um lugar comum nas Ciências Humanas, porém quando nossa análise transita da abstração da textualidade – nosso *habitat* original, enquanto pesquisadores – para a concreticidade da presença dos sujeitos no mundo, o hiato fica patente. É justamente nesse hiato que a territorialidade (mas não somente ela) se incrusta; o hiato que existe entre o dito e o feito, ou entre os dados e os fatos.

Por outro lado, a analogia – emanada daquela metáfora da violência do discurso sobre o corpo – é fundamental para compreendermos o que está sendo posto. Pois, considerando que o Poder encontra-se em toda a parte (sobretudo “dentro” dos sujeitos), mesmo que parcialmente ou – como na discussão sobre a ideologia, do marxismo ortodoxo – “ingenuamente”, deve ficar óbvia aqui a distância que existe entre Poder e Violência. Deve ficar patente o fato de que onde termina o Poder, tem início a Violência (ARENDR, 1994). Ora, depois de quase um século de estudos linguísticos – só para lançar mão de um marco menos controverso, isto é, Saussure<sup>1</sup> – não nos é mais permitido ignorar o fato de que a relação entre as palavras e os objetos que elas nomeiam, é arbitrária – ao menos no exemplo do fonocentrismo. Assim, quando o corpo tem dificuldade de entender o idioma da lei, é necessário falar a ele na “língua física” da agulha dentro da carne.

Um Território, como algo inscrito sobre o Espaço, enseja todas essas possibilidades de questões. Um exemplo simples disso é a ideia de “limite”. Onde começa e onde termina um determinado Território? Aparentemente, a intensidade dos Poderes é fenômeno suficiente para “dividir” um lugar, ou seja, para inscrever uma fronteira, “arbitrariamente” (como na linguagem). É evidente que fronteiras naturais podem coincidir com fronteiras geopolíticas – o Canal da Mancha divide sim, a

---

<sup>1</sup> Ferdinand de Saussure (1857-1913), considerado o pai da atual Linguística.

Inglaterra e a França, ao menos até terem construído aquele túnel, na década de 1990. Mas, é igualmente evidente que uma fronteira pode ser produzida (artificialmente) – o idioma e as chamadas “identidades” são causas eficientes para que tal fato se dê. Além do mais, da mesma forma que a agulha força o corpo a entender a ordem da lei, alguns limites ostensivos forçam os corpos a entenderem a ordem do Território:

[...] ilustrados pelos muros romanos e pela Muralha da China [...] a linha materializada é uma ‘perversão’ política que dissimula um estado latente de guerra, ou seja, uma incapacidade de aliar as relações de poder das quais a violência seja excluída. (RAFFESTIN, 1993, p. 167).

O Território é, desse modo, construído socialmente, quer seja por seu caráter intersubjetivo, quer seja pelos sinais concretos que ele distribui no Espaço: a bandeira, o muro, as vias de acesso, por exemplo. Quase se poderia dizer que ele tem corpo e alma, se não houvesse, na filosofia contemporânea (DELEUZE; GUATTARI, 1995), uma definição mais sofisticada desses termos: “Agenciamento Maquínico” (de corpos) e “Agenciamento Coletivo” (de enunciados). Uma teoria muito complexa por sinal, mas ao menos um elemento muito simples é possível colher nesse complexo, qual seja a relação de “mútuo condicionamento” entre a ordem das palavras e a ordem dos corpos; relação na qual, quando uma “metade” arrefece, a outra imediatamente se fortalece e garante a manutenção das ordens (ambas). Mútuo condicionamento, obviamente, que não contraria a arbitrariedade da relação entre palavras e objetos, mas que “denuncia” um certo movimento, um certo esforço epistêmico, talvez inconsciente porque profundo, de estabelecer uma moeda de troca entre esses dois fenômenos sociais.

Por outro lado, dessa “natureza social” se depreende que o Território, mais do que legal, é legível. O duplo ordenamento, maquínico-enunciativo, deriva de um sistema de signos convencionais (uma semiótica), sem que, entretanto, devamos ceder à interpretação simplificadora que reduz esse duplo ordenamento a um reflexo do ordenamento jurídico-político (ou econômico). A rigor, aliás, sequer seria adequado denominá-lo (ao Território) de “discurso”.

Com efeito, os elementos que estruturam esse sistema de signos, a partir do qual o ator social determinado é capaz de inscrever um Território no Espaço, são bem limitados, se tivermos em mente outras semióticas mais sofisticadas. Para os (modestos) objetivos deste nosso texto, então, é importante destacar um elemento modulador

representado pelo conceito binário<sup>2</sup> interior-exterior, além de três elementos funcionais: o Zonal, o Nodal e o Linear. Começamos dos últimos, para, em seguida, tratar o conceito binário, especificamente e no próximo título.

Reproduzo, neste ponto, Raffestin (1993), embora aqui não faça uso do termo “sistema territorial”. Além do mais, quando o autor assevera ser esse mesmo sistema um “[...] invólucro no qual se originam as relações de poder [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 151), é impossível endossar esse raciocínio, posto o que aqui tem sido dito acerca do conteúdo do Território, ou melhor, acerca da “manifestação territorial” para além dos Espaços esculpturados pela ordenação. O essencial, porém, é o reconhecimento de que o Território escreve consoante uma caligrafia dada. Ele demarca, no Espaço abstratamente plano, uma prática que, por sua vez, obedece a um projeto de Poder. Nesse sentido, a malha construída de linhas e pontos impõe direções e velocidades aos fluxos, ao mesmo tempo, que ela os separa, funcionalmente, das zonas de assentamento – quando o fundamento da separação não é, ele mesmo, histórico, como no exemplo dos *Brownfields*.

De fato, é impossível ignorar as determinações da fisiografia e, assim, até mesmo o projeto incorpora essas externalidades (“deseconomias”), no que não se pode pressupor, de forma alguma, um espaço plano – ao menos em terra firme. Por outro lado, no “Mediterrâneo” – “[...] un mar hecho de llanuras líquidas, [...]” (RANCIÈRE, 1993, p. 97) – podemos testemunhar a existência desse Território-Ideia, sem nenhuma interferência espacial que não seja produzida culturalmente, sem nenhuma marca (de forma, coloração, etc.) que não seja fúntiva<sup>3</sup>. O efeito desse exemplo se torna ainda mais intenso, se considerarmos que a espécie de Território em questão – em Braudel – é o mesmo que ora nos interessa, ou seja, a Rede.

A Rede é uma modalidade territorial. Não é outra coisa senão uma espacialidade estruturada por dois elementos (“gramaticais”): os Nodais conectados pelos Lineares, resultando, assim, numa malha de fluxos. Daí resulta a necessidade de compreendermos primeiro que os Espaços podem ser territorializados, assim como o modo através do

---

<sup>2</sup> Numa referência a Koselleck (2006), aqui será utilizado o par interior-exterior considerando a processualidade que aí se estabelece. Koselleck (2006, p. 193) fala em “desigualmente contrários” no mesmo sentido em que relativizaremos a cisão esse “dentro” e esse “fora”.

<sup>3</sup> Leia-se “que não tenha sua presença condicionada por alguma função”. Utilizamos, com alguma liberdade, o conceito linguístico de função. Explicitamente então: “A primeira tarefa do investigador consiste em estabelecer a divisão do texto; [...]. Cada operação de divisão dependerá das divisões anteriores e, por sua vez, dela dependerão as seguintes. Existe, pois, entre todas as divisões uma relação de *determinação*. As dependências que apareçam na análise denominar-se-ão *funções* e os termos de cada dependência serão os *funtores* ou membros de uma função.” (BLECUA, 1979, p. 113).

qual isso ocorre – tendo como pressuposto o Poder, por exemplo e não exclusivamente. O terceiro elemento dessa “gramática”, as Zonas, têm uma função distinta. Tratando-se de uma Rede, o Território do “Mediterrâneo” ordena o intercâmbio comercial: “[...] la actividad que unifica un espacio es la que pone en relación sus partes separadas, es el intercambio [...]” (RANCIÈRE, 1993, p. 98), ou melhor, regula o funcionamento desse mesmo comércio e, ao fazê-lo, regula igualmente a velocidade e a direção dos fluxos de mercadorias e de mercadores – aliás, indiretamente, o fluxo de ideias, etc., entra nessa torrente. Uma decorrência lógica do movimento dos fluxos é que partes do Espaço são atravessadas por eles, e essa é a característica crucial, distintiva desse tipo de territorialidade: a concentração do Espaço nos pontos nodais, gera, *pari passu*, uma espécie de “rarefação” espacial nas Zonas “entre” e “em torno” desses pontos – Zonas, aliás, que Christaller (1966) denominava de *Hinterland*.<sup>4</sup>

No exemplo do “Mediterrâneo”, o mar são as Zonas e as cidades de Valladolid, Vicenza, dentre outras, são os Nodais. Trata-se de uma Rede Urbana cuja função é eminentemente comercial. As rotas de comércio são as linhas que estabelecem as ligações privilegiadas entre os pontos e, conseqüentemente, anulam outras possibilidades de circulação e de concentração (nos pontos “não privilegiados”). O mar em si mesmo, no projeto desse Poder econômico, é uma vasta área homogênea, cuja presença se faz sentir pela única característica que todo e qualquer Espaço – mesmo os abstratos – apresenta “essencialmente”, ou seja, a distância. Num espaço concreto, essa Zona (“entre” e “em torno”), impõe outras condicionantes, por exemplo, na localização de recursos. Mantendo ainda em mente o exemplo do comércio, basta realizarmos o exercício mental, simples, de buscar as origens das mercadorias para percebermos que elas são, via de regra, locais.

Nesse sentido, a “Rede Comercial” é uma ordenação de fluxos, mas é, igualmente, uma alocação de zonas (fontes de recursos), pois, eventualmente, as mercadorias desse comércio poderão originar-se em duas ou mais zonas distintas – por exemplo, o trigo na Europa e no norte da África –, resultando assim, ao projeto, fazer a escolha entre as zonas. Tratando-se de uma “razão econômica”, a ordenação privilegiará as zonas mais eficientes – segundo um critério histórico de eficiência, como, por

---

<sup>4</sup> “The notion of the hinterland is implicitly a part of both Von Thunen’s land use model and Christaller’s central place theory. The areas adjacent to the central places in both works are characterized as hinterlands, or spheres of influence of the central places.” A noção de *hinterland* está implicitamente presente tanto no modelo de uso do solo de Von Thunen, quanto na teoria dos lugares centrais de Christaller. As áreas adjacentes aos lugares centrais, em ambos os autores, são caracterizadas como *hinterlands* ou esferas de influência dos lugares centrais. (PITZL, 2004, p. 100 – tradução nossa).

exemplo, da Teoria Marginalista. Mas, tratando-se de uma “razão política” essa “eficiência” pode ficar num segundo plano.

Zonas e malhas são, portanto, elementos complementares não contraditórios. Existem Redes porque o Espaço nunca é homogêneo. Em qualquer período histórico o ecúmeno esteve composto por miríades de seres vivos habitando toda sorte de lugares. Numa existência social como a nossa, faz-se necessário uma quantidade maior de espaços nos quais possamos dormir, rezar, aquartelar e realizar outras atividades, sem contar os espaços de plantar, que não são os mesmos espaços de consumir. É justamente porque existem funções – e que as funções são descontínuas no Espaço – que a necessidade de ordená-las em Rede emergiu.

Poderíamos mesmo dizer que o grande desejo do “Projeto” seria concentrar todos os lugares (funcionais) num único ponto, ou seja, abolir o Espaço, de modo que abolindo a distância, o tempo assumiria uma condição (quase que) instantânea. Mas, trata-se de uma condição impossível e, por esse motivo, o Projeto pode, paliativamente, unir os idênticos (pontos) com linhas de velocidade progressivamente maior, buscando acelerar indefinidamente os fluxos, até atingir essa “instantaneidade”. Esse é o sentido daquela ideia de “compressão do espaço/tempo” (BAUMAN, 1999, p. 63) e de “fim das fronteiras”. É também o sentido do Não-lugar: o Espaço da repetição, ao invés de Espaço de múltiplas identidades, onde tudo é igual porque qualquer vazio é sempre igual ao outro.

### **A “Cidade Global”**

Christaller, na época em que estudou o sul da Alemanha, tinha em mente que a distribuição das cidades configurava um fenômeno mais amplo que o sítio urbano propriamente dito. De fato, não poucas razões existem para que se defenda a ideia de uma descontinuidade histórica, cindindo a linha evolutiva que leva de uma espécie urbana a outra (LEFÈBVRE, 2002). Nesse sentido, a simples permanência num mesmo sítio, não é motivo suficiente para se presumir que uma pólis – digamos – tenha evoluído a um burgo e esse à metrópole. Na Cidade do México, a “*Plaza de las Tres Culturas*”, com os registros sucessivos (na paisagem) seja do azteca, do barroco ou do moderno, é uma evidência, a favor, desse raciocínio.

Ainda que devamos reconhecer que o aporte de Christaller, direcionado àquilo que denominamos atualmente de Geografia Econômica, tende às sínteses, sobretudo em

função das características do próprio sistema no qual as cidades estão inseridas, ou seja, o Capitalismo, não é impossível encontrar no plano da política, por exemplo, as mesmas sínteses. Ora, o Estado-nação é uma prova irrefutável da insignificância da soberania das cidades. Mesmo no plano da cultura, talvez pudéssemos encontrar algumas analogias nesse sentido.

O fato é que o objeto de estudo daquele alemão, a “cidade moderna”, já se encontra, desde o nascimento, embebida em uma realidade espacial mais ampla e hierarquicamente determinante. Via de regra, não há nada equivalente, nas cidades hodiernas, às “cartas comunais” da Idade Média e, dessa forma, não se pode entender a função e até mesmo as dimensões, de uma cidade, que não seja estudando a Rede Urbana na qual ela se insere e que é (a Rede) aquele “todo”, mais do que a mera soma das partes<sup>5</sup>. Sendo que, em última análise, o “conjunto nacional”, no mínimo, deva ser tomado como referência – e para não poucos temas, aliás.

A imagem mais adequada dessa realidade épica, pode ser contemplada numa das chamadas “Áreas Metropolitanas” (R.M.), onde as políticas públicas, a bem da administrabilidade do aglomerado, são efetuadas em conjunto: saneamento básico da R.M.S.P. (por exemplo), ou segurança pública da R.M.S.P.. De fato, atualmente já se fala até em Megalópoles, que abrangeriam várias R.M. e, embora o critério de classificação seja equivocadamente zonal (a primazia da contiguidade espacial), num certo sentido, o Estado de São Paulo inteiro (repetindo o mesmo exemplo) é uma R.M., e quiçá quase todo o Centro-sul do país.

Mas, a análise deve avançar um pouco. Já não se pode mais falar em Rede Nacional de Cidades – não no estágio econômico até o qual chegamos –, considerando o critério funcional (intrínseco à Rede). Eventualmente não existe ligação mais intestina entre duas cidades vizinhas do que entre cidades afastadas por doze Fusos: “É uma característica distinta de estarem física e socialmente conectadas com o globo e desconectadas do local que torna as megacidades uma nova forma urbana.” (CASTELLS, 2001, p. 495). Aliás, a depender da função da Rede (telecomunicações, por exemplo), e rigorosamente falando, a distância – em sua natureza física – não tem mais importância alguma. Esse é o significado da instantaneidade e da Rede Urbana Global que se impõem como novíssimas realidades geo-históricas.

---

<sup>5</sup> Do aforismo *gestaltista*: “o todo é mais do que a soma das partes” ou, ainda, “o todo é outra coisa que não apenas a soma das partes”. O psicólogo Max Wertheimer (1880-1943) foi um dos primeiros a enunciar essa assertiva.

É esse igualmente o sonho do Projeto e de um poder progressivamente ubíquo, que busca apagar as diferenças:

Os edifícios, [...] serão os mesmos para todas as famílias; essa exigência pode ter sido ditada, é possível supor, pelo desejo de neutralizar o impacto potencialmente deteriorante de tradições tribais idiossincráticas na transparência geral do espaço da cidade [...]. (BAUMAN, 1999, p. 44).

Mais importante. Essa é a realidade que, não apenas o historiador, em razão de sua necessidade de uma visão retrospectiva, mas qualquer pessoa que se debruce sobre o problema precisa (tentar) decodificar: “[...] vivemos num mundo que ainda não aprendemos a olhar.” (AUGÉ, 1994, p. 37).

Talvez tenha sido esse o motivo pelo qual o antropólogo Marc Augé (1992) tenha sugerido esse termo-chave: “Não-lugar”<sup>6</sup>. O autor referia-se aos lugares de consumo, comunicação e transporte. Ora, esses lugares são, na verdade, um mesmo lugar, o Lugar-Rede, que é o lugar atravessado, permanentemente, pelos fluxos: os fluxos de mercadorias, de informações e de pessoas, respectivamente. Além disso, “[...] a cidade global não é um lugar, mas um processo.” (CASTELLS, 2001, p. 476). Estamos diante, portanto, de um Lugar-Processo, que se mostra vasto demais, importante demais, na sua comparação com a intimidade do Lugar-moradia (Lugar-aconchego, Identidade) e causa a impressão de que não é o que, de fato, é. E o que esse Lugar “é”, ou melhor, sua natureza última, se define e se esgota (ou “deveria” se definir e se esgotar) na sua função: fazer circularem os fluxos.

A grande anomalia dessa “globalidade”, “dessa pós-modernidade”, talvez esteja no fato de que as Redes (os fluxos) tornaram-se as próprias Zonas (os fixos). As vias (de passagem) tornaram-se o “Lugar do Homem no Mundo”. Sendo que as Zonas, propriamente ditas, tornam-se paulatinamente mais dependentes, até que, finalmente, a função possa se transformar (também) em conteúdo e a forma esteja purificada de todo e qualquer sentido, de todo e qualquer télos: “[...] a arquitetura cujas formas são tão neutras, tão puras, tão diáfanas, que não pretendem dizer nada. E ao nada dizer, elas comparam a experiência com a solidão do espaço de fluxos. Sua mensagem é o silêncio.” (CASTELLS, 2001, p. 508).

Aparentemente, o processo em questão é conjuntivo – afinal, trata-se de ligar pontos, encurtar distâncias. Só aparentemente. Na ditadura da funcionalidade (a “Razão

---

<sup>6</sup> No livro de 1992, o título, originalmente, era *Non-Lieux: introduction à une anthropologie de la surmodernité*.

Instrumental”) e na medida em que o ecúmeno torne-se esse entrelaçamento de vários “extratos”, a malha da Rede passa a existir com a finalidade de cindir, ou melhor, “extratificar”. Ao contrário do Espaço Zonal, cada extrato “funciona” separadamente: as finanças funcionam num plano, as sociabilidades em outro. Pois essa é, justamente, a natureza da Rede: o entrelaçamento garante que o funcionamento seja simultâneo, porém descontínuo. É aquele dilema ético repetido tantas vezes: o telefone celular serve para comunicar, mas acaba por “descomunicar” a pessoa de outra que, eventualmente, esteja ao seu lado naquele instante, se ela não tem função alguma.

A Rede que, por definição, exclui as fronteiras – pois serve, mormente, para relacionar – pode constituir-se então, no seu próprio paradoxo. Conquanto que as fronteiras, no caso das Redes, não se estabelecem formalmente (segundo a modalidade Zonal), mas antes funcionalmente, é na divisão entre uma determinada Rede e o “resto” (tudo o que está fora dela) que se estabelece, em última análise, uma fronteira. Assim é com as “ingênuas” Redes Sociais, como também é com o mercado financeiro – ironicamente simbolizado por dois termos contraditórios, *Wall Street*: a “rua” e o “muro”.

Isso nos remete (de volta) ao conceito binário, sugerido, nas páginas anteriores, no Título “A gramática do Território”, ou seja, “interior/exterior”. Remete-nos, igualmente, ao problema das fronteiras perversoras – tal qual o muro. Se uma Rede é uma espécie de Território cuja ordem é a circulação, não se deve mais falar em estar (pertencer), mas em passar por ele. Uma decorrência, até certa medida absurda, desse raciocínio, é que a violência não se exerce mais negativamente, ou melhor, ela já não proíbe. A violência é agora o “tiro de largada”, ao qual se soma sempre outro, para que a velocidade da corrida (fluxos de capital, de conhecimento, de viagens de turistas, etc.) se intensifique sempre mais.

Assim, vem a ser simples a tarefa do *outsider*: a imobilidade garante o desajuste. Difícil é a tarefa de “desajustar” um Espaço – como se fosse possível virá-lo, vazio, do avesso! O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (M.S.T.) possui, nesse sentido, uma tática bem interessante: ocupar os interstícios entre os espaços de fluxo (as rodovias) e de assentamento (os latifúndios), ou seja, o “acostamento” (FERNANDES, 2000). Estabelece, assim, uma “imobilidade” parcial do processo econômico – como também político-burguês – em razão desse desvio de funções e da necessidade de ajustar a situação excepcional (a ocupação) à normalidade.

De fato, as vias da Cidade Global são, “parcialmente”, virtuais. Parcialmente sim, mas engana-se quem ignora todo o aço, todo concreto, todo o silício e toda a tecnologia comportamentalista necessária para mantê-las funcionando. O suporte físico da Cidade Global continua enraizado num Espaço Zonal, ou melhor, a parte mais significativa permanece “enterrada no chão” – tal qual o icebergue majoritariamente imerso no oceano. Curioso pensar na distinção entre Poder e Violência, e que o Poder é um consenso enquanto que a Violência é uma coação; é como a agulha que penetra na carne ou o muro que nos faz lembrar que daquele ponto não se deve ir além. As vias dessa Cidade Global, que se tornaram o lugar-de-estar – estadia inóspita, repetição, não identidade – ao invés de um lugar-de-passar, estão sempre ali, violentando alguma coisa: os cabos das imensas torres de transmissão elétrica, as rodovias, as infovias soterradas sob os dormentes das obsoletas ferrovias. Estão ali, nos empurrando para dentro enquanto expulsam a indeterminação do campo aberto, das “planuras oceânicas”.

Segregados e separados na terra, os habitantes locais encontram os globais através das transmissões regulares do céu pela TV. Os ecos do encontro reverberam globalmente, abafando todos os sons locais, mas refletidos pelos muros locais, cuja impenetrável solidez de presídio é assim revelada [...]. (BAUMAN, 1999, p. 62).

### **Considerações finais**

Estou sem *Internet*, neste momento.

É 2013 e estou sem *Internet*. Percebem a gravidade dessa afirmação? Ao que simultaneamente, soma-se outra: estou desempregado. Essas circunstâncias resultam na necessidade de ficar em casa e escrever este texto (o presente). Sou transformado numa espécie de prisioneiro – da minha lentidão, da minha incapacidade de circulação. Evidentemente, existe o “tempo do Lattes” e minha tese requer muita destreza etc.

Esse exemplo não é ideal. Há, contudo, na casa ao lado da minha, um homem que vou denominar por “W” – para completar o raciocínio. Ele é afrodescendente e muito pobre. Na verdade, adquiriu aquela residência por usucapião. Os herdeiros de uma senhora de idade, que morou na casa, nunca se pronunciaram sobre o imóvel e, enfim, o “W” tornou-se seu proprietário. Além disso, como ele não é um capitalista (proprietário dos meios de produção), precisa vender seu corpo e sua alma (um cândido eufemismo nos ensina a dizer “força de trabalho”) para reproduzir sua existência. Mas, o Brasil é um país periférico e seu papel no sistema produtivo não permite que ele

coma, senão as sobras do banquete, o que lança milhões de trabalhadores no circuito da informalidade. O mesmo “W”, nesse caso, trabalha como flanelinha, no zoológico municipal e, felizmente, esse zoológico se encontra no “quarteirão de cima”.

O que essa breve descrição demonstra? Creio que é forçoso reconhecer que “W” é a “exceção majoritária”. Ele é um sujeito-resquício, a testemunha de um tempo que somente sobrevive, nas frestas da Rede – como os *Brownfields* ou “zonas escuras”. Evidentemente trata-se de um determinado país: o Brasil; e embora Castells (2001, p. 40) chame nossa atenção para a presença de “buracos negros de miséria” no coração do sistema – por exemplo, *South Bronx* em Nova York e *Kamagasaki* em Osaka – é notória a diferença quantitativa dessa “contaminação” por Zonas Escuras, em regiões como América do Norte e África-subsaariana (só para ficar com dois extremos).

De todo modo, “W” é muito mais representativo do que um sujeito hipotético, que, do seu apartamento em *Chelsea* (Londres), conectado na *internet*, paquera uma moça em *Nuñez* (Buenos Aires), enquanto trabalha num *software* para a *Apple*. “W” trabalha, vive e, eventualmente, sonha localmente – eu não realizei nenhuma entrevista com ele, então posso apenas especular. É um *outsider*, mas coexiste com as Redes – em última análise, as Redes são “desse mundo” também.

O M.S.T., citado pouco antes, inscreve sobre o Território – esse Espaço que um Poder codificou – seu testemunho também. Mesmo porque, diferentemente de “W”, não é capaz de sobreviver nas frestas. A metáfora, nesse caso, é o palimpsesto: o M.S.T. “sobrecodificou” um território. Mas, apesar da metáfora, é sobre a terra e não sobre o papel que a batalha decisiva deve ser travada. É com agulhas na pele que o devir será descrito. Daí a luta desse movimento social por essa “superfície” – talvez um rascunho de revolução?

No outro extremo, e separada pela fronteira funcional, a Cidade Global se espraia por fora e por dentro dos sujeitos, ligando os pontos, comprimindo os espaços. Christaller (1893/1969), décadas atrás, desenhou seus hexágonos, mas os arranjos reticulares se tornaram muito mais complexos. É necessário considerarmos as novas arquiteturas do controle – Bauman (1999) leva adiante a teoria foucaultiana quando assevera que o sinóptico “[...] é, por sua natureza, global; o ato de vigiar desprende os vigilantes de sua localidade, transporta-os pelo menos espiritualmente ao ciberespaço, no qual não mais importa a distância, ainda que fisicamente permaneçam no lugar.” (BAUMAN, 1999, p. 60). Talvez seja uma possibilidade!

Ambos os processos deverão ainda coexistir: a terra (fixo) e a rede (fluxo). Uma coexistência, entretanto, conflituosa. Nesse caso, os registros são contraditórios e não cabe a nós produzir a média estatística. Tampouco devemos analisá-los separadamente. É premente que a pesquisa – mas não somente da Geografia e das Ciências Sociais – estabeleça as teses desse estudo interdisciplinar: as Redes; do que talvez, derivem, futuramente, ações transformadoras.

### **From within the network: delineations and nuances of a concept**

#### **Abstract**

Considering the objective conditions of society, the study of Networks imposes itself today. Accordingly Geography presents an interesting history of research on the space, including on this modality in question Networks. There are at least eight decades, this science was already talk in Urban Networks and however, the bonds which unite the key concepts, such as Space, Power and Territory, were not yet established. Likewise, the relationships among the various Network phenomena were not clear. Thus, we propose in this article to rescue this trajectory of research indicating the transformations into the main object of geography: Space, until he could reached to the political dimension of territoriality. Following, we will indicate how the Networks are understood by the Geography and what their social importance today. But we will not ignore the limitations of the theory and thus, we will indicate the demerits of Network phenomena, so praised by researchers, especially the one called: Global City.

**Keywords:** Space; Power; Territory; Networks; Global City.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro; Forense Universitária, 2007.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução Maria Lúcia Pereira. Campinas-SP: Papyrus, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as conseqüências humanas. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BLECUA, José Manuel. **Revolução na Lingüística**. Livros GT. Rio de Janeiro: Salvat do Brasil, 1979.

BRITO, Eduardo Manoel. **Quando a ficção se confunde com a realidade**: as obras In der Strafkolonie/Na Colônia Penal e Der Process/O Processo de Kafka como filtros perceptivos da ditadura civil-militar brasileira. São Paulo: Serviço de Comunicação Social, FFLCH/USP, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venancio Majer. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CLAVAL, Paul. **Evolución de la Geografía Humana**. 2 ed. Barcelona: Oikos-tau, 1981.

CHOCANO, Jose Santos. Os Andes. In: REIS, S. B. (Org. e Trad.). **Lira da América** – antologia de poesia hispano-americana. São Paulo: Livraria Teixeira, 1973.

CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. Translated by Carlisle W. Baskin. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 2. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 1995.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade** – curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Tradução Raquel Ramallete. 29 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor Wiesengrund. Conceito de Iluminismo. In: **Textos Escolhidos de Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor Adorno, Jürgen Habermas**. Tradução Željko Loparić e Andréa Maria Altino de Campos Loparić. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 89-117.

KAFKA, Franz. **A colônia penal**. Tradução Torrieri Guimarães. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, 1965.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução J. Rodrigues de Mereje. 4 ed. São Paulo: Ed. Pub. Brasil, 1965.

KOSELLECK, Reinhart. Sobre a semântica histórica da experiência. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 191-329.

LEFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

MENDOZA, Josefina Gomez; JIMÉNEZ, Julio Munõz; CANTERO Nicholas Ortega. **El Pensamiento Geográfico**. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

PITZL, Gerald R. **Encyclopedia of Human Geography**. Westport-CT; London: Greenwood Press, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RANCIÈRE, Jacques. **Los nombres de la historia**: una poética del saber. Traducción de Viviana Claudia Ackerman. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1993.

SACK, Robert David. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Tradução Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Recebido em abril de 2013.  
Aprovado em julho de 2013.